**ANEXO I**

**FORMULÁRIO DE VERIFICAÇÃO DE REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA O CARGO DE VICE-PRESIDENTE NA CAIXA**

|  |
| --- |
| **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** |
| **Processo seletivo para Vice- Presidente** |
| Verificação dos requisitos, das vedações legais e estatutárias exigidos para ocupação do cargo de Vice-Presidente na CAIXA.Estatuto Social da CAIXA, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, Lei nº 6404 de 15 de dezembro de 1976 e Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. |

1. **DADOS GERAIS**

|  |
| --- |
| 1. Nome completo: Clique ou toque aqui para inserir o texto. |
| 2. CPF: Clique ou toque aqui para inserir o texto.  | 3. Sexo: [ ]  M [ ]  F  |
| 4. Ocupação atual: Clique ou toque aqui para inserir o texto.  |
| 5. Setor de atuação da ocupação atual\*: Clique ou toque aqui para inserir o texto. \*Exemplos: financeiro, participações, petróleo, energia, infraestrutura, pesquisa, governo, políticas públicas.  |
| 6. Telefone de contato: Clique ou toque aqui para inserir o texto.  |
| 7. *E-mail* de contato: Clique ou toque aqui para inserir o texto.  |
| 8. Vice-Presidência de Interesse: Clique ou toque aqui para inserir o texto.  |

1. **REQUISITOS**

|  |
| --- |
| 9. Tem formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado, contemplando curso de graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação? [ ]  Sim [ ]  Não  |
| 10. Qual a área de sua formação acadêmica mais aderente à área do cargo pretendido? \*  Clique ou toque aqui para inserir o texto. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \*Indicar só a principal. Exemplos: a) Administração ou Administração Pública; b) Ciências Econômicas; c) Comércio Internacional; d) Direito; e) Engenharia; f) Estatística; g) Finanças |
| 11. Assinale a experiência profissional\* abaixo que possui: 1. [ ]  10 anos no setor público ou privado, na área de atuação da CAIXA ou em área conexa a do cargo pretendido em função de direção superior;
2. [ ]  04 anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:
	* + Cargo de direção ou de Conselheiro de Administração ou de membro de comitê de auditoria ou de chefia superior (dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa) em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da CAIXA;
		+ Cargo em comissão ou função de confiança a partir de DAS 4 ou equivalente, equivalente no setor público, com atribuições de gestão;
		+ Cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da CEF;

 1. [ ]  04 anos como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da CAIXA;
2. [ ]  02 anos em cargos gerenciais em instituições integrantes do Sistema Financeiro

Nacional; 1. [ ]  04 anos em cargos gerenciais na área financeira em outras entidades detentoras de patrimônio líquido não inferior a um quarto dos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido da CAIXA;
2. [ ]  02 anos em cargos relevantes em órgãos ou entidades da administração pública;
3. [ ]  02 anos, nos últimos 10 anos, em cargo em comissão ou função de confiança a partir de DAS 4 ou equivalente no setor público, com atribuições de gestão.
4. [ ]  empregado da CAIXA que ingressou por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos;
5. [ ]  empregado da CAIXA com mais de 10 anos de trabalho efetivo na CAIXA;
6. [ ]  empregado da CAIXA que ocupou cargo na gestão superior da CAIXA, comprovando sua capacidade para assumir as responsabilidades dos cargos;

\*(1) As experiências mencionadas em itens distintos do inciso I do caput não poderão ser somadas para apuração do tempo requerido, enquanto as experiências mencionadas em um mesmo item poderão ser somadas, desde que sejam relativas a períodos distintos. |
| 12. Dos itens assinalados no item 11, descreva a experiência mais aderente ao cargo\*: Clique ou toque aqui para inserir o texto.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \*Indicar só a principal. Exemplos: a) cargo estatutário; b) coordenador-geral; c) empregado da CAIXA; d) profissional liberal; e) superintendente  |
| 13. Possui notório conhecimento compatível com o cargo pretendido? [ ]  Sim [ ]  Não  |
| 14. Qual é o elemento mais aderente para indicar seu notório conhecimento compatível com área do cargo pretendido? \* Clique ou toque aqui para inserir o texto.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \*Indicar só o principal. Exemplos: a) experiência profissional b) mestrado ou doutorado; c) participação em conselhos; d) publicações acadêmicas  |
| 15. É brasileiro, residente e domiciliado no Brasil: [ ]  Sim [ ]  Não  |
| 16. Cumpre as exigências do estatuto social da CAIXA, que foi lido e [ ]  Sim [ ]  Não verificado pelo candidato:  |

Esse cadastro deve ser rubricado em todas as páginas e assinado ao final, escaneado em arquivo único juntamente com a documentação comprobatória das **qualificações** informadas nos itens 09, 11 e 13, conforme item D.

# REPUTAÇÃO ILIBADA E VEDAÇÕES\*

|  |  |
| --- | --- |
| **1. Lei 13.303/16 art 17 I a V Decreto 8.945/16, art. 29, incisos I a XI**  | **Se enquadra?**   |

|  |  |
| --- | --- |
| I - é representante do órgão regulador ao qual a CAIXA está sujeita?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| II - é Ministro de Estado, Secretário Estadual ou Secretário Municipal?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| III - é titular de cargo em comissão na administração pública federal, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público? (Aplica-se a servidor ou ao empregado público aposentado que seja titular de cargo em comissão da administração pública federal direta ou indireta)  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| IV - é dirigente estatutário de partido político, ainda que licenciado?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| IV (segunda parte) - é titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| V - é parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I a IV?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| VI - é pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, como participante de estrutura decisória de partido político?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| VII - é pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| IX - é pessoa que exerça cargo em organização sindical?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| X - é pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a União, com a CAIXA ou com empresa do Conglomerado CAIXA, nos três anos anteriores à data de sua nomeação?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| XI - é pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com União ou com CAIXA?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| XI - de pessoa que se enquadre em qualquer uma das hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1o da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990.  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| **2. Lei Complementar nº 64/1990, art. 1º-I: Ficha limpa**  | **Se enquadra?**   |
| a) é pessoa inalistável ou analfabeto?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| b) é membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que haja perdido o respectivo mandato por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| c) foi Governador ou Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal ou Prefeito ou Vice-Prefeito que perdeu seu cargo eletivo por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenha sido eleito?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| d) tem contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorre ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
|  e) foi condenado criminalmente, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, por qualquer dos crimes abaixo? 1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; 2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; 3. contra o meio ambiente e a saúde pública; 4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; 5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; 6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; 7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; 8. de redução à condição análoga à de escravo; 9.contra a vida e a dignidade sexual; e 10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| f) foi declarado indigno do oficialato, ou com ele incompatível, pelo prazo de 8 (oito) anos?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| g) teve suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| h) foi detentor de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiou a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorre ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| i) exerceu cargo ou função de direção, administração ou representação em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro que tenham sido ou estejam sendo objeto processo de liquidação judicial ou extrajudicial, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| j) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| k) foi Presidente da República, Governador de Estado ou do Distrito Federal, ou Prefeito, ou membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciou a seu mandato desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
|  l) foi condenado à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| m) foi excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| n) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de ter desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| o) foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| p) é pessoa física e ou dirigente de pessoa jurídica responsável por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| q) é magistrado ou membro do Ministério Público que foi aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenha perdido o cargo por sentença ou que tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| **3. Lei 6.404/76, art. 147: Lei societária**  | **Se enquadra?**   |
| § 1º - é pessoa impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| § 2º - é pessoa declarada inabilitada por ato da Comissão de Valores Mobiliários?\* \* Site da CVM, no link de Atuação Sancionadora - Pesquisa Avançada  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| § 3º (...): I - ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| § 3º (...): II - tem interesse conflitante com a CAIXA e/ou empresa do Conglomerado CAIXA?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| **4. Lei 12.813/13, art. 5 e 6: Conflito de interesse**  | **Se enquadra?**   |
| **Art. 5º** **Configura conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:**  |
| I – Em algum momento divulgou ou fez uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiros, obtida em razão das atividades exercidas?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
|  II – Em algum momento exerceu atividade que implicasse a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| III – Em algum momento exerceu, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| IV – Em algum momento atuou, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| V – Em algum momento praticou ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| VI – Em algum momento recebeu presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| VII – Em algum momento prestou serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| **Art. 6º** **Configura conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:**  |
| I – a qualquer tempo, divulgou ou fez uso de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| II - no período de 6 (seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, salvo quando expressamente autorizado, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública ou pela Controladoria-Geral da União:  |
| a) prestou, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a pessoa física ou jurídica com quem tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| b) aceitou cargo de administrador ou conselheiro ou estabeleceu vínculo profissional com pessoa física ou jurídica que desempenhe atividade relacionada à área de competência do cargo ou emprego ocupado?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| c) celebrou com órgãos ou entidades do Poder Executivo federal contratos de serviço, consultoria, assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| d) interveio, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou emprego ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| **5. Estatuto social e Lei nº 8.443/92 art 60:**   | **Se enquadra?**  |
| a) se enquadra em qualquer impedimento/vedação prevista no estatuto social da CAIXA?  | [ ]  Sim [ ]  Não  |
| b) se enquadra na relação de inabilitados pelo TCU?\*\* \*\* Site do TCU, no link de Serviços e Consultas - Irregulares, Inidôneos e Inabilitados.  | [ ]  Sim [ ]  Não  |

**\***adaptados para as exigências deste processo seletivo

**D. AUTORIZAÇÕES**

|  |
| --- |
| Autorizo o tratamento de meus dados pessoais necessários para fins do andamento do processo de seleção, conforme disposto no [inciso I, art. 7º da Lei 13.709/18.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm#:~:text=I%20-%20mediante%20o%20fornecimento%20de%20consentimento%20pelo%20titular%3B)[ ]  **Sim** [ ]  **Não**   |

[ ]  **Ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais**, que eventuais declarações falsas podem acarretar, afirmo que as informações prestadas são exatas e verdadeiras, podendo ser utilizados pela CAIXA para avaliação de requisitos e impedimentos referentes ao processo.

 Local e data Assinatura do(a) Candidato(a)

**Atenção! O arquivo deverá ser preenchido, assinado, digitalizado e compactado, para envio.**